



<https://doi.org/10.51880/ho.v29i1.1638>



A trajetória da intelectualidade negra no Ceará: origem do Grucon e afirmação da consciência racial (1982-2022)

Arilson dos Santos Gomes*

ORCID iD 0000-0003-0214-2312

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Instituto de Humanidades, Redenção, Brasil

William Augusto Pereira*

ORCID iD 0009-0006-1701-7089

Associação Cultural e Educacional Afro-Brasileira Maracatu Nação Iracema, Ceará, Brasil

Resumo: A origem do Grupo de União e Consciência Negra (Grucon) simboliza mais do que um ponto de partida organizativo: representa a emergência de uma consciência coletiva, crítica e engajada que se opõe frontalmente à narrativa dominante que, historicamente, silenciou, apagou ou distorceu a realidade da população negra no Estado do Ceará. O objetivo deste artigo é visibilizar, com o auxílio de entrevistas e de revisão bibliográfica, a trajetória do movimento negro contemporâneo e de suas intelectualidades, no Ceará, com ênfase em suas raízes, nas relações com a Igreja Católica e nas articulações históricas para publicização a partir de uma organização cuja agenda esteja direcionada ao reconhecimento da identidade negra na história e na realidade do Ceará.

Palavras-chave: movimento negro contemporâneo; Grupo União e Consciência Negra; intelectualidade negra; reconhecimento; Ceará.

The trajectory of black intellectuals in Ceará: the origin of Grucon and the affirmation of racial consciousness (1982-2022)

Abstract: The origin of the Black Union and Consciousness Group (Grucon) symbolizes more than

* Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Professor do PPGH/ UFC, Coordenador do Grupo de Pesquisas GT Emancipações e Pós-Abolição do Ceará (GTEP/CE) e Pesquisador do Programa Cientista Chefe da Cultura (FUNCAP/SECULT/Ceará). E-mail: arilsonsg@yahoo.com.br.

* Mestre pelo Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (MIH/Unilab). E-mail: williamaugusto1162@gmail.com.

an organizational starting point: it represents the emergence of a collective, critical, and engaged consciousness that directly opposes the dominant narrative that has historically silenced, erased, or distorted the reality of the Black population in the state of Ceará. The objective of this article is to make visible, with the aid of interviews and bibliographic review, the trajectory of the contemporary Black movement and its intellectuals in Ceará, emphasizing its roots, its relations with the Catholic Church, and the historical articulations for publicizing this movement through an organization whose agenda is directed towards the recognition of Black identity in the history and reality of Ceará.

Keywords: contemporary black movement; Black Union and Consciousness Group; black intellectuals; recognition; Ceará.

Considerações iniciais

Pular muro é pouco, agora é tempo de empurrar paredes inteiras sem pedir licença. O tempo não tem sido manso com os corpos negros, por que haveria de serem mansos os sobreviventes?
(Graça Marques, 2021)

O Ceará é um estado conhecido por sua cultura e seu litoral pujante, terra em que o turismo é, marcadamente, acentuado pelas conhecidas praias e pelo clima agradável para os que apreciam temperaturas acaloradas. Outras situações que destacam o estado é o humor, a sátira e a religiosidade do povo cearense ante aos estigmas introjetados pelos estudos da “branquecefalia” ou “cabeça chata”, como apontou certa vez um político conhecido da região (Barroso, 1969). Esse mesmo político, inclusive, escreveu que a discussão étnica ou racial do Ceará era um caso encerrado, pois a característica do cearense estava definida entre junção de elementos brancos e indígenas. Obviamente, as populações indígenas eram legadas à inferioridade em face à branquitude (Menezes, 1995). Todavia, as populações negras eram colocadas como excluídas nessa formação, até o surgimento de uma organização negra que vem tensionar essas construções históricas. O que parece um paradoxo na região, historicamente conhecida como “terra da luz”, terra do progresso, a partir do “humanismo” referendado aos abolicionistas responsáveis pela abolição da escravidão (1883) nas terras da cidade de Redenção (Gomes, 2021).

A origem do Grupo de União e Consciência Negra (Grucon) simboliza mais do que um ponto de partida organizativo: representa a emergência de uma consciência coletiva, crítica e engajada que se opõe, frontalmente, à narrativa dominante que, historicamente, silenciou, apagou ou distorceu a realidade da população negra no estado do Ceará. Trata-se de um esforço político e epistemológico de reivindicação

de uma história própria, construída por intelectuais negros e negras que, em meio às margens e periferias, insurgem contra as estruturas racistas sedimentadas no imaginário social cearense (Pereira, 2025).

O objetivo deste artigo é visibilizar a trajetória do movimento negro contemporâneo e de suas intelectualidades, no Ceará, com ênfase em suas raízes, nas relações com a Igreja Católica e nas articulações históricas para publicização a partir de uma organização cuja agenda esteja direcionada ao reconhecimento da identidade negra na história e na realidade do Ceará.

Na historiografia, o protagonismo das populações negras e seus contatos com a Igreja católica merecem destaques. Principalmente nos estudos contemporâneos que, por outros prismas, identificam as resistências da presença dos corpos e da cultura negra ressignificadas no âmbito das manifestações católicas. E, por outro lado, a própria Igreja procura estabelecer outra relação com essas populações, diferentemente do que ocorre no contexto da escravidão ou com os estudos das Irmandades; mas, em um momento contemporâneo em que as discussões por reconhecimento de direito, material e simbólico passam a ser as tônicas.

Porém, para essa problematização, é pertinente evidenciar uma história comprometida com o reconhecimento dos grupos outrora subalternizados e de suas agências. Dentre esses estudos, destacamos os trabalhos recentes de Maria Telvira da Conceição e Leandro Santos Bulhões de Jesus (2024), assim como os estudos de Petrónio Domingues e Charliison Andrade (2025).

Em “A cor da devoção – protagonismo negro e tradição romeira no Cariri”, Conceição e Jesus (2024) problematizam o silêncio hegemônico para a dimensão da presença étnico-racial em uma das manifestações católicas mais tradicionais do País: as romarias dos devotos ao Padrinho Cícero e à Mãe das Dores. As inquietações iniciais para esse estudo, segundo a obra, surgiram das pesquisas do Projeto “A cor da devoção: africanidade e religiosidade na cultura romeira do Cariri contemporâneo”, desenvolvido em 2016. “A pesquisa teve como objetivo analisar a presença e a participação dos afro-brasileiros e de seus universos simbólicos na tradição que ocorre na cidade de Juazeiro do Norte/CE, no período contemporâneo” (Conceição; Jesus, 2024, p. 24).

A autora e o autor fizeram visitas e coleta de dados documentais em arquivos, acervos locais; aplicaram questionários aos devotos em atividades de romaria; realizaram coleta de dados audiovisuais e entrevistas nos chamados roteiros da fé da cidade. Além de estabelecerem, fundamentados na tradição oral, as nuances de tempos e espaços que fogem da dimensão linear das influências ocidentais, com destaque para os povos e territórios negros, indígenas e quilombolas presentes nos roteiros das romarias.

De acordo com os estudiosos:

[...] precisam ser consolidados nas formas com as quais vivemos e escrevemos a história, inscrevendo no pensamento social brasileiro a urgência do reconhecimento de que não é possível construir um campo de análise do passado (como as

romarias do Cariri) sem considerar raça, classe, gênero. Nem sem a diversidade epistemológica, que localiza o racismo na produção científica, ao naturalizar abordagens de pretensão universalizantes na observação do mundo e das coisas (Conceição; Jesus, 2024, p. 166).

Fixando a discussão, com delimitação ao Nordeste, Domingues e Andrade (2025) pesquisaram a Missa dos Quilombos, idealizada por Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda/PE e do Recife/PE, e Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, realizada na região central do Recife, no dia 22 de novembro de 1981. Uma cerimônia em homenagem aos descendentes de africanos, no Brasil, e a Zumbi dos quilombos dos Palmares, como parte do Dia Nacional da Consciência Negra. O evento repercutiu na imprensa e gerou controvérsias no âmbito da própria Igreja Católica.

Por meio de reportagens de jornais de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, os historiadores analisaram notas, reportagens, artigos e matérias que trataram do assunto, procurando entender como as edições influenciaram a opinião pública. Para os autores, esse acontecimento está em consonância com o Concílio do Vaticano II (1962-1965) convocado pelo Papa João XXIII, “[...] em que a instituição procurou ter um posicionamento crítico frente aos problemas econômicos e sociais do dito Terceiro Mundo e da II Conferência do Episcopado Latino-Americano realizada em Medellín (Colômbia), em 1968; e em Puebla no México, em 1969” (Domingues; Andrade, 2025, p. 7). As diretrizes desses eventos engajaram o clero com as demandas dos movimentos sociais e populares e com a denúncia da violação dos Direitos Humanos no contexto dos regimes militares da região. Nesse contexto, surge a Teologia da Libertação, “[...] que pregava o Evangelho aos mais pobres e na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e humana” (Domingues; Andrade, 2025, p. 7). Segundo a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), “[...] diante dos desafios da discriminação em que se encontram os/as negros/as em nosso País, em especial dentro da Igreja, se criou em 1978, na sede da CNBB, em Brasília, a Pastoral Afro-brasileira” (PAB).¹

Diante disso, “[...] dentro da Igreja, um grupo de padres, religiosos e leigos passou a reivindicar da instituição uma revisão da teologia à luz da experiência da discriminação racial que atingia a população negra” (Domingues; Andrade, 2025, p.10). Em 1983, surgiram “[...] os Agentes de Pastoral Negros (APNs)”.² A Missa dos Quilombos, na imprensa, teve “[...] seus antecedentes, decurso e celeuma”. Na celeuma, chamam a atenção os discursos de Gilberto Freyre, localizado em 29 de novembro de 1981, denunciando que a missa era uma “[...] manobra de origens estrangeiras contra

1 Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/pastoral-afro-brasileira-da-conferencia-nacional-dos-bispos-do-brasil-cnbb-e-os-agentes-de-pastoral/>. Acesso em: 17 mar. 2026.

2 Para a CNBB, as APNs nasceram na Igreja e estão articulados a PAB, fazendo parte, desde o início, do Grupo de Reflexão Teológica, juntamente com outros grupos. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/pastoral-afro-brasileira-da-conferencia-nacional-dos-bispos-do-brasil-cnbb-e-os-agentes-de-pastoral/>. Acesso em: 17 mar. 2026.

os rumos de soluções brasileiras para os problemas brasileiros” (*apud* Domingues; Andrade, 2025, p. 23). Eram os intelectuais tradicionais criticando que a “Igreja se fez negra”, como anuncia o título do artigo de Petrônio Domingues e Charlisson Andrade.³

Em 1988, lideradas pela atuação do Padre Toninho,⁴ no contexto do centenário da abolição e da Campanha da Fraternidade, as organizações negras católicas expandem. As APNs, neste ano, por exemplo, chegam ao Ceará.⁵

Ao identificar intelectuais orgânicos e orgânicas que desbravaram os caminhos do pensamento negro no Ceará – ativistas, educadores, artistas e lideranças comunitárias – este texto reconhece a potência de suas vozes, de suas memórias e de seus corpos, muitas vezes, abafados pelas instituições tradicionais do saber.⁶

Esses intelectuais orgânicos atuaram (e seguem atuando) como “Ôri” da memória negra (Nascimento *apud* Reis, 2019), escavando silêncios e reconstituindo realidades soterradas por séculos de colonialidade do saber.⁷ Ao combater falácias e histórias mal contadas, o movimento negro, no Ceará, reconstrói outra historiografia, insurgente e afirmativa, que aponta para a centralidade da população negra na formação da identidade cearense.

Diante disso, problematizamos qual a origem do Grucon no Ceará? Quais foram as suas premissas e ações? Atualmente, como estão suas antigas lideranças? Permanecem ativas em ações e produções dos participantes iniciais do Grupo no reconhecimento da presença negra no Ceará?

3 Outro importante artigo é o de autoria de Carvalho e Flores (2021). O estudo se fixa na “[...] primeira Missa dos Quilombos” (1981) utilizando-se de fontes audiovisuais, imprensa e documentos da Missa (Homilia, músicas, disco e encarte de 1982). De acordo com os autores, foram realizadas Missas nos Arcos da Lapa, no Rio de Janeiro, em 1988, e em Aparecida do Norte (SP), Belo Horizonte (MG) e Santiago de Compostela (Espanha) em 1992. “A partir dessa data ela passou a ser apresentada como espetáculo e não como celebração eucarística, uma vez que havia sido proibida pelo Vaticano, por pressão do clero conservador do Brasil” (2021, p. 304).

4 Padre Antônio Aparecido da Silva, mais conhecido como Padre Toninho, faleceu em 2009. Era conhecido, destacou-se pelo combate à discriminação racial. Pertencia à Ordem Religiosa da Pequena Obra da Divina Providência. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3047-memoria-13>. Acesso em: 18 mar. 2026.

5 Marco relevante conquistado pelos/as Agentes de Pastoral Negro, foi a Campanha da Fraternidade (CF) de 1988, cujo tema, por estes, foi: “Povo Negro, um clamor de justiça”. A CNBB indicou e ficou assim o tema: “Fraternidade e o Negro” e o lema: “Ouvi o clamor deste Povo”. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/pastoral-afro-brasileira-da-conferencia-nacional-dos-bispos-do-brasil-cnbb-e-os-agentes-de-pastoral/>. Acesso em: 17 mar. 2026.

6 Segundo Gramsci, cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade, e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também social e político. (Gramsci, 1982, p. 4-5). Diante dessa assertiva, utilizamos o conceito de intelectual orgânico negro e negra, para identificar as intelectuais e os intelectuais do Grucon.

7 A colonialidade pressupõe que os valores dispensados às vidas humanas são determinados pela pertença de vida do enunciador imperialista ocidentalizado, que “[...] se torna uma vara de medida para avaliar outras vidas humanas que não têm opção intelectual e poder institucional para contar a história” (Mignolo, 2008, p. 293).

Maria Lúcia Simão (1949-2025), Cleide Simão, William Augusto Pereira, Alex Ratts e Hilário Ferreira Sobrinho são intelectuais negras e negros que possibilitaram, no contexto contemporâneo – por meio de suas ações e produções – novas perspectivas para o reconhecimento das realidades enfrentadas pelas populações negras cearenses.

A partir das investigações a respeito da fundadora e de membros e membras do Grupo, realizaram-se entrevistas temáticas e de histórias de vida (Alberti, 2005), articulada a uma bibliografia pertinente, com a intenção de auxiliar no entendimento das articulações históricas para o início do Grucon e da participação inicial de seus integrantes. O mote teórico do debate para contrapor a “fantasmagoria” do racismo (Mbembe, 2014) ou do “racismo à cearense” (Gomes, 2024) está fundamentado nos campos da história, da antropologia e da filosofia, com destaque para o conceito “filosocioetnicorraciais” cunhado pelo intelectual negro cearense William Augusto Pereira.

Dar visibilidade aos agrupamentos negros e às comunidades negras espalhadas pelo território cearense – quilombos, terreiros, associações culturais, coletivos artísticos – é também reconhecer suas resistências cotidianas, seus modos de existir, criar e reinventar o mundo à sua maneira, como aponta Abdias do Nascimento (1914-2011) na perspectiva do quilombismo (1980). É assumir que essas comunidades são produtoras de conhecimento e práticas de liberdade que desafiam o racismo estrutural, o epistemicídio e as desigualdades históricas. O artigo, portanto, não apenas documenta a luta negra no Ceará, mas, também, afirma como projeto político e civilizatório as resistências individuais e coletivas. Um chamado à escuta, ao reconhecimento e à reparação.⁸

O texto será subdividido em três seções; na primeira, será abordada a origem do movimento negro contemporâneo no Ceará por meio do Grucon; posteriormente, será evidenciada a participação das mulheres negras do Grupo no reconhecimento dos quilombos; por fim, será realizada uma análise da percepção da afirmação da identidade por meio de entrevistas com alguns de seus participantes que ainda permanecem atuantes.

8 É importante destacar que a trajetória do Grucon foi abordada em dissertações e artigos, dos quais destacamos: Antonio Vilamarque Caruaíba de Sousa, Da “negrada negada” a negritude fragmentada: o movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2006, Joelma Gentil do Nascimento, Memórias organizativas do movimento negro cearense: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes, na década de oitenta. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2012. Euripedes Funes e Hilário Sobrinho, Vivências de Negros em Espacios de ‘Morenos’ y ‘Galegos’. *Gazeta de Antropologia*, v. 31, n. 1, p. 30-42, 2016 e Maria Raiane Felix Bezerra e Cícera Nunes, Movimentos Negros no Ceará: um olhar sobre o Movimento de Mulheres Negras do Cariri. *O Público e o Privado*, Fortaleza, v. 19, n. 40 set/dez, 2021.

O movimento negro contemporâneo no Ceará: a origem do Grucon e a afirmação da identidade negra

A história do movimento negro contemporâneo institucionalizado no Ceará começa com a fundação do Grucon a partir dos contatos pessoais que Lúcia Simão mantinha por meio de cartas com a articulação nacional desse grupo em São Paulo. Esse, ainda em 1981, iniciou articulações por todo o País em busca de sua autonomia em relação à Igreja Católica.⁹

Podemos situar que o movimento negro contemporâneo, no Brasil, inicia na década de 1970 com a criação do Movimento Negro Unificado. Petrônio Domingues (2007) aponta que:

No plano externo, o protesto negro contemporâneo se inspirou, de um lado, na luta a favor dos direitos civis dos negros estadunidenses, onde se projetaram lideranças como Martin Luther King, Malcon X e organizações negras marxistas, como os Panteras Negras, e, de outro, nos movimentos de libertação dos países africanos, sobretudo de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola. Tais influências externas contribuíram para o Movimento Negro Unificado ter assumido um discurso radicalizado contra a discriminação racial (Domingues, 2007, p. 112).

Desde 1977, Lúcia Simão conhecia as *Irmãzinhas de Jesus*,¹⁰ cuja fundadora era a irmãzinha Madalena de Jesus (1977), seguidora do Irmão Carlos de Jesus (Charles de

9 Lúcia Simão é a fundadora do Movimento Negro contemporâneo no Ceará. Seu depoimento foi indispensável para a compreensão da trajetória do grupo, pois Lúcia foi responsável pela difusão da luta dos negros pelo interior do Estado, através de visitas regulares que fez aos grupos articulados pelo interior. Em sua narrativa não há separação entre sua história de vida e a história do movimento. É uma narrativa feita na primeira pessoa do singular. Sua origem familiar, na Comunidade Lagoa do Ramo em Aquiraz, uma das comunidades negras “descobertas” pelos pesquisadores, é apresentada como justificativa e credenciamento para seu pioneirismo no movimento negro do Ceará.

10 Seguindo a inspiração do irmão Carlos de Jesus, a irmãzinha Madalena de Jesus começou a fraternidade das irmãzinhas de Jesus no dia 8 de setembro de 1939. Irmãzinha Madalena dizia: “Antes de ser religiosa, seja humana e cristã”. As irmãzinhas estão presentes nos cinco continentes. São atualmente 1334 irmãzinhas, espalhadas em 68 países. Em 1952 chegaram as primeiras no continente latino-americano para viver com os indígenas Tapirapé, no Mato Grosso e em outros países. São mulheres consagradas a Deus e aos irmãos e irmãs, numa vida contemplativa, vivida no meio dos empobrecidos, para juntos caminharem para Deus, num caminho de igualdade, fraternidade e justiça. É uma vida contemplativa mergulhada neste mundo que Deus ama. O apostolado ou a pastoral das irmãzinhas consiste em fazer a palavra de Deus acontecer, caminhando cada dia com os irmãos e as irmãs, partilhando passo a passo suas vidas, suas histórias, seus clamores e suas lutas por uma vida verdadeiramente digna e humana. Disponível em: <https://santo.cancaonova.com/santo/sao-carlos-de-foucauld-o-exemplo-de-conversao/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

Foucauld) (1858-1916),¹¹ a qual fizera uma experiência vocacional e, em 1981, viajou a convite das irmãs para participar da Missa dos Quilombos em Recife.¹² De acordo com Lúcia Simão:

A gente não sabia que existia movimento negro, não sabia que negro se encontrava por aí fora e as irmãs, elas sabiam desse meu desejo e lendo uma revista chamada SEDOC [Serviço de Documentação, da Editora Vozes] eu vi um artigo que convidava as pessoas a participarem da Missa dos Quilombos que ia acontecer em Recife e estava muito no auge, porque quem ia cantar a Missa era o Milton Nascimento. Elas me convidaram a ir a Recife pra assistir essa missa, eu fui mais duas irmãs e assistimos a essa missa. Quando eu cheguei lá eu fiquei maravilhada, fiquei besta de ver tanto negro junto e foi lá que eu descobri que negro se encontrava, aí fiquei meio doida, fiquei doida! (Simão *apud* Souza, 2003, p. 40).

Em maio de 1982, Lúcia Simão fez os primeiros contatos com os membros do Grupo de União e Consciência Negra em São Paulo¹³ e em novembro deste ano viajou para participar da Semana da Consciência Negra e do Encontro Nacional do Grupo de União e Consciência Negra, de onde retornou nomeada como articuladora local. Segundo Lúcia (2003):

E comecei aqui a me encontrar, eu, a Cleide minha irmã e mais duas ou três pessoas, a mãe, a Margarida e a Graça que era irmã de Eugênio, essas pessoas[...]. Nós começamos assim, um grupo da Pastoral Operária, um núcleo de dentro da Igreja, assim como o Grupo de União e Consciência Negra [...] e vi que era melhor a gente caminhar com o Grupo de União e Consciência Negra porque abrangia o negro na totalidade, não por ele ser crente, nem por ele ser católico, nem por ele

11 Charles, conhecido como Carlos de Jesus, nasceu em Estrasburgo, na França, em 15 de setembro de 1858. Aos 6 anos de idade, ficou órfão após perder seus pais. Foi criado pela irmã Marie, sob os cuidados do avô. Em 1901, aos 43 anos de idade, foi ordenado sacerdote na Diocese de Viviers, na França. Em seguida, transferiu-se para o deserto argelino do Saara, inicialmente em Beni Abbès, vivendo entre os mais pobres; depois, foi para o sul em Tamanrasset com os Tuaregues do Hoggar. Disponível em: <https://santo.cancaonova.com/santo/sao-carlos-de-foucauld-o-exemplo-de-conversao/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

12 A Missa dos Quilombos foi celebrada em 1981 por Dom José Maria Pires, Arcebispo Negro da Paraíba, intitulado Dom Zumbi. Parte de seu sermão (Homilia) está reproduzido no boletim católico Tempos Novos. Ano VI, nº 40, março/1988, p. 7. Há também um registro fonográfico em LP intitulado Missa dos Quilombos de Milton Nascimento, Dom Pedro Casaldáglia (Bispo de São Félix do Araguaia) e Pedro Tierra, gravado no Mosteiro de Caraça em Minas Gerais em abril de 1982. Anos depois, a Missa dos Quilombos foi proibida pela Congregação para a Doutrina da Fé, presidida pelo Cardeal Ratzinger (Bento XVI) como desvirtuamento da fé católica. Só em 1990, a Congregação para o culto divino liberou um modelo de celebração afro-brasileira com restrições aos possíveis “excessos”.

13 É importante diferenciar para o contexto histórico. Existiram dois grupos com os mesmos nomes: Grupo de União e Consciência Negra com coordenação em São Paulo (contato Maria Elvira Rocha) e outro denominado Grupo de União e Consciência Negra (Grucon) com coordenação em Goiás (contato Haroldo Reis).

ser espírita, mas por ele ser negro (Simão, 2003).¹⁴

O Movimento Negro, no Ceará, surgiu mediante o despertar de uma consciência crítica entre algumas pessoas negras que sentiram “[...] a necessidade de conhecer suas raízes e o desejo de se assumirem como negras [...] tudo teve início no ano de 1982” (Simão, 2003). “A primeira reunião constatada em ata é do dia 13 de julho, quando um pequeno grupo de pessoas negras se encontrou no bairro Jardim Iracema” (Pereira, 2009, p. 6).

O protagonismo dos intelectuais do movimento se deu a partir do bairro do Jardim Iracema, na formação dos grupos de consciência negra, pelo fato de ali residir um grande número de negros; ressalta-se que muitos desses negros moradores do bairro descendem, diretamente, da família dos Caetanos de Uruburetama (Pereira, 2009). Muitos deles oriundos de Conceição dos Caetanos, do município de Uruburetama e de Água Preta. Nos bairros próximos, também residem famílias negras, como no bairro do Quintino Cunha, Pe. Andrade, Olavo Oliveira e São Francisco. “Foi no Jardim Iracema que iniciaram as reflexões com alguns desses negros. A partir daí, surgiram os núcleos de Antônio Bezerra e da comunidade do Trilho” (Pereira, 2009, p. 6).¹⁵

Notadamente, a Igreja Católica foi a matriz que, numérica e discursivamente, mais influenciou e forneceu os/as intelectuais militantes negros e negras nesse período inicial do Movimento Negro Cearense. Primeiramente, porque representou, nesse estado, espaço de atuação privilegiado e, de certa forma, protegido em um período em que ocorreu uma grande retração de outros espaços de atuação política em decorrência da repressão militar.¹⁶ Nesse sentido, percebemos que os primeiros integrantes do Grucon, no Estado, e dos grupos de consciência negra, no Ceará, eram membros ou estavam diretamente ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e às pastorais sociais da Igreja Católica. Essa superioridade numérica de intelectuais vindos do catolicismo assume uma significativa importância na interpretação dos discursos, das práticas e das tensões no interior do Movimento Negro cearense.

Conforme a assertiva de Gomes (2017, p. 173) ao explicitar que:

- 14 Lúcia difere aqui a possibilidade de ter se tornado Agente de Pastoral Negra, optando por uma trajetória mais social ligada ao Grupo de União e Consciência Negra, pois quando da recusa do Grucon em continuar vinculado a CNBB e ser considerado como Pastoral Católica, a Igreja passou a estimular a organização dos Agentes de Pastoral Negros (APNs), grupo orientado pela hierarquia católica e que passou a receber os incentivos financeiros outrora destinados ao Grucon.
- 15 Antônio Bezerra é um bairro situado na zona oeste de Fortaleza está localizado na Secretaria Executiva Regional III de Fortaleza. Coincidentemente, o bairro leva o nome em homenagem a um dos intelectuais tradicionais do Instituto Histórico do Ceará. As ideias desses intelectuais seriam problematizadas décadas depois, em um outro contexto, nas pesquisas de mestrado de William Pereira (2025), membro do Grucon.
- 16 Esse caráter privilegiado de atuação dos intelectuais católicos deve-se em muito à presença firme e ativa dos bispos do Ceará, como Dom Aloísio Lorscheider de Fortaleza e Dom Fragoso de Crateús, junto aos movimentos sociais na década de 1970. Dom Aloísio Lorscheider chegou a Fortaleza em 1971 e se transformou em personalidade nacional, quando presidiu a CNBB enfrentando frontalmente as forças repressivas do regime militar (Sousa, 2006, p. 50).

As organizações sociais negras são núcleos de (re)encontro para a comunidade negra reivindicar a sua inserção na sua inserção social, afastando-se de vez da marginalização que, de certa forma, é imposta após o dia 13 de maio de 1888. Como aduz Paul Singer, “[...] o negro brasileiro sempre foi um organizador [...]”. Nesse sentido, os quilombos, as insurreições e as fugas no contexto da escravidão são considerados meios de ordenar essa população, já que eram ações pensadas contra a condição adversa (*apud* Gomes, 2017, p. 173).

Isto implica reconhecer que os discursos identitários sobre a negritude cearense comportam uma dimensão constituída pelas concepções cristãs e católicas, intra e extra-eclesial, ou seja, por um discurso identitário negro permeado de referências morais defendidas no espaço católico e por valores requeridos de seus adeptos, pelas críticas e divergências externas que questionavam se o catolicismo se prestava como espaço de atuação militante de negros conscientes.¹⁷

Além disso, alguns intelectuais negros que faziam parte das pastorais – e mesmo da hierarquia católica – enfrentaram problemas de ordem institucional e hierárquica, revelando ser o campo católico, também, um espaço de disputas políticas e sociais internas.¹⁸

E, paralelamente, a necessidade de denunciar e combater as práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias presentes no cotidiano e na cultura popular cearense, o que impedia a afirmação da negritude por parte dos intelectuais negros locais. Dessa forma, a superação do racismo interiorizado nos próprios negros, dar-se-ia a partir da elevação da autoestima do próprio negro, da criação e ressignificação dos elementos culturais estigmatizados.

Antes de discorrermos sobre como o Movimento Negro pôde afirmar-se como um grupo étnico racial e promover um discurso identitário reabilitador da negritude cearense, faz-se necessário evidenciar a existência de um outro discurso racial, tornado hegemônico por meio da historiografia tradicional cearense, que interferia, decisivamente, na estigmatização dos negros pela influência que exercia no senso comum, permeando relações sociais preconceituosas no cotidiano da população cearense.

Antônio Bezerra (1906) foi um dos primeiros intelectuais tradicionais do

17 Sobre essa questão, argumentavam que a Igreja Católica agia somente como cooptadora do Movimento Negro e que sua participação na instituição da escravidão negra e na legitimação das relações sociais escravista no período colonial lhe descredenciavam dentro da luta antirracial (Valente, 1984).

18 Caetana Maria Damasceno realizou diversos estudos sobre o relacionamento entre católicos e os adeptos dos cultos afro-brasileiros. Entende que para aproximar esses dois universos, diminuindo as discrepâncias naturais desses universos religiosos, os “[...] agentes do enegrecimento da Igreja Católica entendiam que o Candomblé fornecia os elementos culturais para que a fé católica se expressasse” (Damasceno, 1990, p. 48). A autora afirma que os militantes negros católicos tiveram que fazer uma opção preferencial pelo Candomblé como única expressão da religiosidade afro-brasileira. Para ela, essa escolha evidencia uma opção político-ideológica do grupo para viabilizar o enegrecimento da fé católica.

sistema que, ao se posicionar com relação ao africano, identifica uma forte carga de preconceito racial no seu discurso. Ele afirma, em relação aos ciganos: “Donde vieram esses nômades que têm sido tão injustamente apreciados? Uns pensam que saíram do Egito, o país da superstição e da bruxaria” (p. 10). Mesmo com todos os limites em seu pensamento, Bezerra confere e reproduz ao continente africano as fantasias historicamente construídas e imaginadas (Mbembe, 2014).

Para se pensar em uma construção identitária sob novo olhar, no Ceará, não se pode negar a tradição oral.¹⁹ Aquela construída dos ancestrais (seus modos de viver e sua busca do transcendente), indiferente de quem quer que seja, existe no nosso passado e estabelece afinidades com outros fatos e acontecimentos. Às vezes, alheios a nós. Observamos, sentimos, diluímos e nos integramos. Do nosso modo e jeito, participamos. Cada um de nós é um em nós; formamos o todo com um pouco de cada um. Não existe nem existirá igualdade entre nossos olhares. É por isso que sentimos e vivemos essa multiplicidade de gestos, maneiras e modos de viver, todas válidas e autênticas. Um(a)s infinitamente distantes das outras, desconformes e aleatórias, mas com essência atrelada ao mesmo núcleo (o ser negro de corpo e alma). Isso é a força da diversidade negra girando em nossos afazeres com gestos (corpo), olhares (definição ou redefinição), atitudes (caminhada ou retomada de via), inspiração (espiritualidade natural, harmonia do corpo com a natureza) e gosto aos alimentos (comida que nos remete a nossos íntimos e pitorescos lugares, e próxima a nosso povo antecedente). A esses elementos, Azoilda Trindade (2015) denomina “valores civilizatórios afro-brasileiros”.

Nesse sentido, Nilma Lino Gomes (2005) nos lembra: “A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros”, e acrescenta: “[...] a identidade não se prende apenas ao nível da cultura. Ela envolve, também, os níveis sócio-político e histórico em cada sociedade” (Gomes, 2005, p. 41).

E se faz importante a assertiva no sentido da identificação da identidade negra, isto é, essa construção é: “enquanto sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais (todas elas, e não apenas a identidade racial, mas também as identidades de gênero, sexuais, de nacionalidade, de classe)” (Gomes, 2005, p. 42).

Ademais, a construção positiva da identidade negra faz alegrar o coração e nos fortifica para o ânimo do encontro. A partir daí, apresentamos algumas reflexões do Ser Negro, pois é aí que aprendemos a remar juntos. Isso é o que importa, é onde

19 A tradição oral tem a função de preservar histórias, de garantir às novas gerações indígenas ou negras o conhecimento de seus antepassados. A forma mais antiga de se conhecer histórias é através da oralidade, a história ouvida pela sua avó, cuja sua bisavó contou-lhe e que hoje sua mãe lhe contou. Quando falamos no povo negro, a preservação da tradição oral como forma de ligação com a ancestralidade tem papel primordial, tendo em vista um estado como o Ceará, onde mais de 70% da população é composta por negros. O reconhecimento de nossos ancestrais como um povo com riquezas culturais é necessário, é também uma forma de resistência e sobrevivência. Esse resgate talvez seja o grande segredo para preservação da memória dos povos.

queremos chegar; os meios são infinitamente diferentes, múltiplos e até divergentes. Os mecanismos utilizados podem até parecer inapropriados, no primeiro olhar, mas os olhares são infinitos, variados e complexos.

É nesse caldeirão cosmovível (modo pelo qual a pessoa vê ou interpreta a realidade) que habita a essência do ser.²⁰ O ser negro é um aglomerado de atributos de tradição e premissas de cosmovisão negra de influência ancestral com espiritualidade humanizante ligada à natureza.²¹ Porém, diante da complexidade da realidade, independentemente das diferenças religiosas, precisa-se de pontos filosocioetnicorraciais²² e atemporais que se convirjam para a afirmação da identidade, tais como:

1. Sou negro de onde meu ancestral tenha habitado.
2. Tenho ciência de que o negro está sendo discriminado na sociedade atual.
3. Reflito que preciso levantar a cabeça e erguer-me como ser negro de valor.
4. Sei que no Ceará e no mundo o racismo contra o povo negro é forte e desumano.
5. Discutir e lutar, ter convicção e vontade de lutar contra o racismo.

Por esse prisma, a intelectual negra Azoilda Loretto da Trindade mais uma vez nos auxilia quando afirma:

A “certeza” de que todas as pessoas carregam saberes, e em função de todas serem afrodescendentes – afinal, o primeiro ser humano foi um africano ou africana – podemos dizer que os saberes pré-colombianos, aqui presentes, são também saberes afrodescendentes. E, podemos dizer ainda, que somos caudatários, desde o “descobrimento” dos saberes africanos ou afrodescendentes, momento marcado também por encontros e confrontos de saberes e fazeres (2015, p. 16).

Esse é o papel das organizações negras na afirmação cultural da identidade negra: dar sentido a essas diversidades, identificar pistas e trilhas para que a população negra possa mostrar que é parte desse todo histórico e social. Assim fez o Grucon no Ceará.

No que tange à definição mais simples de identidade, podemos dizer que seria simplesmente aquilo que se é, ou seja, aquilo que cada sujeito percebe ser e entende como sendo constituinte de suas subjetividades.

Parece simples, mas não é, pois, se pensarmos a relação que os grupos excluídos constroem ao longo do tempo com seus corpos e sua localização no mundo, percebemos

20 Representa o mundo o qual estou inserido. Lugar onde cada pessoa está e que defende esse espaço seu onde vive, esse caldeirão é o resultado da cosmovisão que permeia sua vida. Em nosso caso específico, de negros cearenses e brasileiros, vivemos de acordo com a Cosmovisão negra (um desdobramento da Cosmovisão africana).

21 É uma premissa pessoal de cosmovisão negra que influencia muito a maneira como a pessoa se vê enquanto negro no mundo, suas origens, sua natureza humana, valores e destino.

22 São influências filosóficas, sociais atribuídas ao povo negro enquanto povo. Existem diversas filosofias que são verdadeiras doutrinas étnicas, que nos acorrenta, e nos tolhe o pensar. Para sair desse marasmo precisa de uma reflexão crítica para eliminar tais correntes (Pereira, 2009).

que existe uma dificuldade em compreender “onde se encaixar”. Perceber-se dentro de uma construção social e geopolítica enquanto se busca conhecer-se individualmente não é uma tarefa fácil, sendo diferente do padrão vigente (Silva, 2021, p. 4).

Afastar-se dessas reflexões é decretar, em você, a sua invisibilidade; é matar sua dignidade de ser vivente enquanto pessoa negra no lugar onde se encontra, como bem diz a intelectual negra caribenha Sandra Haydée Petit (2015):

[...] no final dos anos 1990, o que encontrei na universidade, inclusive entre meus/minhas alunos/as, foi muito preconceito para com a negritude em geral e, em especial, no que diz respeito à cultura afrocearense, que percebi totalmente relegada como fonte de conhecimento e até considerava inexistente. Incomodou-me a negação da marcante presença negra no Brasil e no Ceará e a consequente desvalorização desse aporte, como se essa herança de nada servisse à educação formal. O racismo e, sobretudo, a negação do fenômeno do racismo, geraram um crescente sentimento de desconforto em mim (p. 64-65).

Sandra Petit (2015) é de origem caribenha, professora da Universidade Federal do Ceará há 24 anos, trabalha com Educação das Relações Étnico-Raciais (Erer) e Educação Popular. É coordenadora do Núcleo das Africanidades Cearenses (Nace), que congrega professoras/es, alunas/os, pesquisadoras/es e membros do movimento negro que intervêm na área das africanidades, focando em produção e invenção de estratégias pedagógicas que visam à implementação da Lei nº 10.639/2003.²³ Petit é responsável pelo projeto “Memórias de Baobá”, um encontro de formação que acontece, desde 2010, às sombras do baobá centenário da Praça do Passeio Público, localizado no centro da cidade de Fortaleza, capital do Estado. O intuito é afirmar a cultura africana e a presença negra no território cearense.

As mulheres negras e o reconhecimento quilombola no Grucon

O Grucon, no Ceará, é uma organização que desempenha um papel fundamental na luta pela igualdade racial e na preservação da cultura afro-brasileira. Fundado durante os anos 1980, o movimento tem como objetivo principal conscientizar a população sobre o racismo e a importância da identidade negra, além de promover ações culturais, sociais e políticas (Simão, 1982).

O grupo, que surgiu a partir da iniciativa de intelectuais orgânicos negros e negras, como Lúcia Simão (1982), busca garantir a visibilidade das questões negras por meio

23 A Lei nº 10.639/2003, atualizada pela Lei nº 11.645/2008, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e institui a obrigatoriedade do ensino da cultura e história negra, africana e indígena nas escolas públicas e particulares.

de atividades, como rodas de conversas, seminários e manifestações culturais, incluindo festivais e eventos durante a Semana da Consciência Negra, realizada, anualmente, em novembro.

Lúcia Simão é uma intelectual negra cearense de destaque, reconhecida por sua atuação e seu engajamento na luta pelos direitos das mulheres negras e na promoção da igualdade racial no Ceará.

Sua trajetória está profundamente ligada ao ativismo feminista negro, especialmente no estado do Ceará, onde atua como uma voz importante na defesa dos direitos das mulheres negras com foco na educação, na justiça social e no empoderamento.

Como intelectual negra, Lúcia Simão (1982) combina reflexão teórica com ação prática, abordando questões de racismo, machismo e desigualdades sociais. Ela tem utilizado o grupo cultural e social que fundou (Nação Iracema) como plataforma para discutir as opressões interseccionais que afetam as mulheres negras, articulando um pensamento crítico que ecoa as experiências vividas por essas mulheres. Sua contribuição é fundamental não apenas no âmbito acadêmico, mas, também, nos movimentos sociais, onde se destaca como líder e articuladora.

Sua ligação com mulheres negras, no Ceará, no Brasil e em outras partes do mundo, reflete uma rede de solidariedade e resistência. Lúcia é uma das organizadoras de eventos, como: Semana da Consciência Negra e discussões, colóquios e vivências que promovem o empoderamento feminino e o fortalecimento das identidades negras. Por meio de palestras, oficinas e publicações, ela tem incentivado outras mulheres negras a ocuparem espaços de poder e a desafiar as estruturas racistas e patriarcais da sociedade. À nível nacional, o protagonismo das mulheres negras é muito bem lembrado por Ribeiro (2008): “as mulheres negras, demonstraram grande impulso organizativo se tomarmos como referência, também, o ano de 1988, quando no Brasil foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras [...] (p. 988).

“As mulheres negras em seu processo político entenderam que não nasceram para perpetuar a imagem da ‘mãe preta’” Ribeiro (2008, p. 989), fizeram desafios. Entenderam que desigualdades são construídas, historicamente, a partir de diferentes padrões de hierarquização constituídos pelas relações de gênero e raça que, mediadas pela classe social, produzem exclusões. (Ribeiro, 2008). Portanto, a luta pelo reconhecimento se fazia necessária. Sobretudo em um Estado que negou a presença negra (Sousa, 2006; Gomes, 2024; Pereira, 2025). Para essa afirmação, reconhecer a identidade quilombola era um elo fundamental. Portanto, Nunes e colaboradores (2019) nos dizem que:

Quilombos são contextos sociais e detentores de formas peculiares de consolidar suas existências, porque são cerca de cinco mil comunidades quilombolas identificadas, 3018 certificadas e 220 com títulos emitidos. [...] O movimento quilombola consolidou, nas últimas décadas, um processo reivindicatório que agrega, junto à urgência da regularidade das terras de uso comum, a supressão

das necessidades vitais, tanto sob o ponto de vista material como cultural e simbólico.[...] O olhar atribuído às comunidades quilombolas, geralmente, se faz estereotipado frente às desigualdades econômicas e sociais a que estão sujeitas ao situar-se, demograficamente, entre os grupos populacionais mais vulneráveis economicamente (p. 567-568).

E Alicerça Lima (2018):

[...] é importante se ressaltar que discutimos como conceito significativo para as comunidades quilombolas o conceito de territorialidade, se contrapondo à dimensão de apenas do acesso à terra. Neste sentido, o território é visto como uma dimensão territorial, social, política e cultural como elementos necessários à sua reprodução como comunidades quilombolas (p. 7).

Para Malcher, a territorialidade quilombola:

[...] transpõem a dimensão geométrica e constrói o direito das comunidades negras rurais de nela estar e nela permanecer, manifestada na luta pela permanência no território, que neste caso, é uma conformação territorial protagonizada por coletividades autônomas, mesmo que não usando essa nomenclatura, cultivam uma territorialidade específica em relação às demais territorialidades dos povos e populações tradicionais (2017, p. 60).

Os quilombos contemporâneos são diferentes dos quilombos ultramarinos dos séculos XVII e XVIII, o que temos aqui é um termo sobre o quilombo “ressemantizado” (Arruti, 2008) e, nesse sentido, o Grucon foi protagonista para o reconhecimento de territorialidades, parentesco, vizinhança, solidariedade e reciprocidade das comunidades negras do Ceará.

O Grupo tem como missão a reconstrução histórica das tradições africanas, no Ceará, mas, também, o combate às desigualdades sociais e econômicas sofridas pela população negra, atuando em áreas, como educação, cultura e direitos humanos. No estado do Ceará, o reconhecimento das comunidades quilombolas e negras tem sido um processo contínuo, impulsionado tanto pela luta dos movimentos sociais como pelas políticas de ação afirmativa. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Ceará conta com 85 comunidades quilombolas, reconhecidas oficialmente, que estão espalhadas por diversas regiões do estado, incluindo o Vale do Jaguaribe, o Cariri e o litoral.

No início, inclusive, era difícil que as próprias comunidades se reconhecessem como quilombolas. E foi nas primeiras décadas, a partir de 1982, que um pequeno grupo de intelectuais sociais do movimento se aventurou no sertão cearense para identificar comunidades e agrupamentos negros espalhados pelo território cearense (Pereira, 2025).

Essas comunidades se organizam em torno de uma forte identidade cultural e de uma luta por direitos territoriais, buscando preservar tradições ancestrais enquanto enfrentam desafios, como o acesso à terra, a discriminação e a vulnerabilidade socioeconômica. A interação entre as comunidades ocorre, principalmente, por meio de redes de apoio e mobilização, como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), fundada em 1996, que promove a união das comunidades em torno de questões comuns, como o reconhecimento de suas terras e o combate ao racismo estrutural.

A Conaq reúne, atualmente, 24 estados e atua com mais de 3.500 comunidades em todo o País. As organizações quilombolas, nos estados, possuem diferentes formas de organização, como Associações, Federações ou Comissões. A criação da Conaq impulsionou o movimento quilombola, no cenário nacional, reconhecido como um dos mais ativos agentes do movimento negro, no Brasil contemporâneo, e introduziu um debate sobre a pluralidade étnica do País.²⁴

No Ceará, existe a Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas Rurais do Ceará (Cerquice), criada em 2005, que tem acompanhado as comunidades quilombolas pelo Estado. Na atualidade, a Cerquice reconhece a existência de 70 comunidades quilombolas, sendo que nem todas estão certificadas (Lima, 2018).

Além disso, essas comunidades participam de eventos culturais e políticos, como a Semana da Consciência Negra, que fortalece os laços entre elas e proporciona espaços de visibilidade e resistência. A cultura do maracatu, fortemente presente no estado, também serve como um ponto de convergência cultural e social para essas comunidades, reforçando sua identidade.

Memória e consciência racial dos participantes do Grupo

Analisar as entrevistas advindas das memórias da intelectualidade negra do Grucon seria como ativar a busca de um novo “Ôri”, conforme aponta Beatriz Nascimento (1989), que interpreta o movimento a partir de um lugar de fala profundamente enraizado na história africana e afro-brasileira. E, conforme explicitado por ela, o registro vai além do fato histórico; ele é uma tentativa de reorganizar a memória coletiva negra e de produzir saberes que foram silenciados pela história oficial branca e colonial.

O quilombo que pretendemos demarcar, neste artigo, está alicerçado na referência de Beatriz Nascimento (1989) ao quilombo como ideia central. Não apenas como referência histórica à resistência negra durante a escravidão, mas, também, como um projeto de futuro. Para Beatriz Nascimento, conforme Reis:

[...] o quilombo é um espaço simbólico e político de produção de identidade,

24 Disponível em: <https://conaq.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 10 out. 2025.

resistência e permanência. “Ele aparece como um modelo de reorganização social e de reconstrução subjetiva frente à destruição provocada pela escravização e pelo racismo estrutural” (Nascimento, 1989 *apud* Reis, 2019, p. 18).

Assim, o Ôri está, aqui, apontando para uma cosmovisão africana em que a cabeça não é apenas sede do pensamento, mas, também, ponte com o transcendental. Nascimento (1989) ressignifica esse conceito para propor uma articulação entre memória, identidade, corporeidade e ancestralidade.

O Ôri torna-se, assim, metáfora de uma identidade negra em reconstrução, além de uma conexão espiritual e existencial com a terra e os antepassados. Ao propor Ôri como uma forma de produção identitária para os negros em diáspora, Nascimento (1989) reconhece o valor da memória enquanto prática política. Em um mundo onde a história oficial apaga ou marginaliza as experiências negras, resgatar o passado e religá-lo ao presente é um gesto revolucionário.

Contudo, cabe destacar que o termo “raça”, aqui, é usado porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas “[...] devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas, também, devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas” (Gomes, 2005, p. 45). A identidade racial negra é ressignificada pelas ideologias dos movimentos sociais de maneira assertiva à resistência contra a opressão. A partir disso, o termo “raça”, vinculado ao fenótipo negro, é ressignificado. Enfatiza-se que o termo, aqui exposto, não é alicerçado na ideia de raças superiores e inferiores (Gomes, 2005).

Simbolicamente, o 20 de novembro se torna fundamental na afirmação identitária. Essa efeméride inicia com o movimento negro contemporâneo a partir do Grupo Palmares de Porto Alegre. De acordo com Deivison Moacir Cezar de Campos (2006) sobre essa organização negra:

Fruto de reuniões informais na rua dos Andradas [no Centro de Porto Alegre], o Grupo Palmares surgiu em 20 de julho de 1971, organizado como uma associação cultural [...]. A proposta de ação apresentada era a de promover estudos sobre história, artes e outros aspectos culturais, particularmente em relação ao negro e ao mestiço de origem negra. [...]. Os sócios seriam classificados como fundadores – Antônio Carlos Cortes, Ilmo da Silva, Vilmar Nunes e Oliveira Silveira [...] (p. 54).

E, prossegue Campos (2006), ao evidenciar o primeiro ato do dia 20 de novembro no País, no ano de 1971, ocorrido mesmo com as dificuldades em plena ditadura civil-militar:

O convite para o primeiro ato evocativo ao 20 também se deu através da Folha da Tarde (17/11/1971, n.p.). A falta de experiência e políticas de comunicação do grupo no uso do veículo e o desconhecimento das propostas do grupo pelos

jornalistas acabou por gerar uma confusão, que acabou na polícia federal. O ato, que seria realizado no clube Marcílio Dias, foi confundido com um espetáculo teatral, atividade muito visada pela censura. Após a publicação do convite, o clube foi avisado de que deveriam tirar uma licença junto a Turma de Censura de Diversões Públicas, do Departamento de Polícia Federal. Cortes lembra que, nesse encontro com o órgão policial, o grupo foi questionado sobre suas atividades. A ideia do ato, segundo Oliveira Silveira, era a de passar informações para as pessoas a respeito de Palmares e ao mesmo tempo defender a opção pelo 20 de novembro, considerado “mais significativo e afirmativo na confrontação com o 13 de maio” (entrevista em 04/12/2004). O grupo já contava com duas novas integrantes Anita Leocádia prestes e Nara Helena Medeiros Soares (p. 57).

Ou seja, o ato evocativo era propor o 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra em contraponto ao dia 13 de maio de 1888, data oficial da abolição. Conforme Elenir Marques, que pesquisou o papel de mulheres negras ativistas no Grupo Palmares, o Grupo se revezou entre duas coordenações - Oliveira Silveira e Helena Vitória Machado - e teve duração de 1970 a 1978. A pesquisadora constatou “[...] em reportagens de jornais e documentações que num primeiro momento, o Grupo formado por homens se reuniam na Rua da Praia (Andradas) e em bares, mas a partir de 1972 já era formado por mulheres em sua maioria” (Marques, 2019, p. 21). Nara Soares, Lilian Argentina Braga Marques, Salatiel Marques, Leni Souza, Marisa Carolino e Helena Vitória Machado dos Santos compuseram o Palmares (Marques, 2019). E, dessa maneira, formado por homens e mulheres, o movimento negro contemporâneo inicia sua trajetória evocando a consciência negra.

No Ceará, as memórias dos intelectuais do Grucon – em um contexto e território em que as políticas de combate ao racismo e as ações afirmativas institucionalizam as demandas do movimento negro – Lúcia nos traz, em suas memórias da criação do Grucon, que ninguém nasce negro, mas torna-se, como nos ensina Neusa Santos Sousa.²⁵ De acordo com Lúcia Simão:

E foi nos trabalhos pastorais que me suscitaram a opção por uma congregação religiosa. Deixei o Ceará e fui para o Rio de Janeiro na Fraternidade das Irmãzinhas de Jesus. Na congregação, para minha surpresa ela deparei-me com o preconceito racial. Foi um grande choque para mim que até então não percebia que sofria por ser negra. Antes, não tinha sentido na pele, mesmo sendo negra, pobre e de periferia. Ao ser irmãzinha ouvia conversas discriminatórias que se construía meu ser. Resolveu sair da fraternidade e criar um grupo para trabalhar a questão negra no Ceará. Os encontros se iniciaram no final da década de setenta, mas somente

25 Para a autora “[...] ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (Sousa, 1983, p. 77). A necessidade de se afirmar a identidade positiva em contraste com o outro, o padrão, o branco desejável. Esses traumas são comuns aos negros e negras brasileiros e brasileiras que consciente das discriminações afirmam e assumem sua identidade.

em 13 de julho de 1982 é que é formalizado o então Grupo de União e Consciência Negra, o qual fui a primeira coordenadora (Simão, 2025).

Importante destacar que Dona Lúcia, ao ir para o Rio de Janeiro, despertou a consciência racial. Situação que não aconteceu em solo cearense, pois, no Ceará, ao não se admitir a existência da raça negra, igualmente se refutava a presença do racismo. E essa é a complexidade do “racismo à cearense” (Gomes, 2024).

Cleide Simão Freire, uma das mulheres negras pioneiras no Grupo, fala-nos um pouco de sua trajetória e dos motivos de continuar atuante.

Eu sou Maria Cleide Simão Freire. Nasci em Fortaleza no Bairro do Otávio Bonfim. Minha formação - sou pedagoga, com especialização em Planejamento Educacional e administração. No social faço parte da pastoral social - Pastoral Afro da capela de Santo Antônio na Paróquia de Santo Antônio de Pádua - Jardim Iracema. Participo do Movimento Negro. Iniciei no Grupo de União e Consciência Negra, depois Grupo Negro do Jardim Iracema, depois Abógun Bólu e Hoje no Nação Iracema [...]. Neste momento tão conturbado diante de um trabalho que vem sendo realizado na questão social e o racismo que cada dia mais torna tão presencial em cada local, quanto mais chique o local, mais encontramos o racismo sutil, camuflado e perverso que nunca fica velho ou esquecido e sim sempre presente cada vez mais (2025).

Cleide Simão destaca a luta diária contra o racismo, e evidencia: “[...] o racismo sutil, camuflado e perverso que nunca fica velho ou esquecido”. Diante disso, afirmar a consciência racial era uma premissa importante. Hilário Ferreira Sobrinho evidencia o surgimento de sua consciência negra no passado:

Fui lendo, lendo, lendo, lendo, e a gente começou a desenvolver, começou a criar uma pastoral, uma organização. Outros grupos apareceram, criamos o Centro Juventude da Piedade, onde trabalhava no teatro, música, eu tocava violão, dançava, e acabei sofrendo, já com uma consciência política grande, acabei sofrendo racismo. Por que eu estou falando de consciência política? Porque esse racismo me fez tomar uma atitude[...] (2025).

Essa atitude se relaciona com sua entrada no Grupo:

No início de 82, teve o encontro da CJC, que é a Comunidade de Jovens Cristãos, no Recife, onde todo mundo foi, dos estados, todos os estados, a Bahia, o pessoal do Aracaju, vários. E aquilo, uma semana, e foi a primeira vez que eu saí do Ceará, na verdade de Fortaleza, fui para esse encontro, todo mundo voltou apaixonado. Aí pronto, eu fui fisgado [...]. E é através de um curso de consciência crítica com o Eduardo Hoornaert que eu sei que existe o Grupo de União de Consciência Negra. E o Eduardo Hoornaert me passa o endereço da Lúcia e eu vou um dia numa

reunião. E aí começa a minha entrada no Grupo de União de Consciência Negra (Sobrinho, 2025).

O relato anterior demonstra uma trajetória de formação política e identidade racial impulsionada, inicialmente, pela participação na Comunidade de Jovens Cristãos e, depois, pelo contato com o movimento negro. Há uma narrativa de despertar e transformação em que Hilário passa de um jovem envolvido em atividades religiosas e culturais para alguém que assume uma postura ativa contra o racismo e busca articulação política. Hilário Sobrinho é, atualmente, professor universitário, reconhecido na opinião pública local por sua trajetória e estudos.²⁶

Alex Ratts também integrou os quadros do Grucon. Ratts é professor universitário e pesquisador. Doutorou-se em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo em 2001. É professor dos cursos de graduação e mestrado em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (Universidade Federal de Goiás). Entre suas obras, destacamos publicações sobre o pensamento de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento. Sobre a sua trajetória e seu pertencimento racial, o intelectual diz:

Cursei Arquitetura na Universidade Federal do Ceará, entre 1980 e 1982. Na igreja fui de movimento de jovens e em 1985 entrei para a Pastoral de Juventude do Meio Popular, ligada à Teologia da Libertação. A partir daí, conheci vários movimentos sociais – mulheres, indígenas, negros – e me aproximei do movimento negro. Me identifico como negro (de pele clara), identidade que fui construindo no movimento [...] (Ratts, 2025).

E, sobre sua origem no Grucon, destaca:

Em 1988, fui convidado a trabalhar como estudante de arquitetura na Comunidade do Trilho, onde havia famílias negras de origem rural [...] Conheci o Grupo de União e Consciência Negra em 1986 e participei de alguns eventos. Em 1990, criamos um grupo negro na Comunidade do Trilho, no bairro da Aldeota, que, posteriormente vinculamos ao núcleo pré-existente do Grupo de União e Consciência Negra no bairro de Jardim Iracema. Junto com os Agentes de Pastoral Negros formamos o Fórum Cearense de Entidades Negras, com vistas a participação no Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN) que se realizou em São Paulo, em novembro de 1991, e somente aceitava representantes de entidades nacionais. Como militante do Grucon, participei de reuniões em Fortaleza, Salvador e Rio de Janeiro e de uma rede de comunicação com os núcleos de Pernambuco e Maranhão. Estive com militantes negros no Crato e em Tauá em 1995, por ocasião das atividades do Tricentenário da Morte de Zumbi dos Palmares (Ratts, 2025).

26 Hilário Ferreira Sobrinho é autor de livros e, constantemente, um pesquisador presente em colunas e matérias dos Jornais do Estado do Ceará. Em suas produções destacam-se o protagonismo negro e a negritude no Ceará.

Na entrevista, Ratts destaca sua relação com o Grucon. O entrevistado se autoidentifica como negro de “pele clara”. Essa percepção é importante, pois que a identidade negra, para além do fenótipo, é composta por elementos culturais, políticos e sociais (Gomes, 2005).

Considerações finais

O Grucon teve como premissa a afirmação da identidade política, cultural e social da raça negra no Ceará. Estado que desconsiderou a presença dessas populações, como se suas experiências fossem descartáveis a partir dos resultados de uma abolição tardia que, embora juridicamente possa ter servido aos interesses das elites, pouco serviu para o reconhecimento da presença negra na “terra da luz”, alcunha dada pelo abolicionista José do Patrocínio (1853-1905) ao ovacionar o pioneirismo da libertação.

É importante ressaltar que, ao não reconhecer a existência de uma identidade negra ativa, tem-se entre as desigualdades sociais a evidente desigualdade racial. Essa desigualdade, sendo colocada como um problema a ser combatido universalmente, ainda lega vantagens aos grupos em que a branquitude crítica ou acrítica – como apontam os pesquisadores Cida Bento (2022) e Lourenço Cardoso (2010) – ocupa historicamente. O que fica evidente nas melhores posições sociais e nos melhores índices de qualidade de vida, emprego, escolaridade e expectativa de vida (Gonzalez; Hasenbalg, 2022). Portanto, a consciência racial ideologizada pelos movimentos sociais passa a ser um ativo importante na busca por justiça social, com o apoio de setores da Igreja Católica evidenciado na Missa dos Quilombos (1981).

Na contemporaneidade, as antigas lideranças do Grucon, em um vínculo estreito com as produções do passado, reconstroem, a partir das ausências projetadas pelos intelectuais tradicionais vinculados do Estado, uma revisão em que os questionamentos das fontes – principalmente aquelas respaldadas nas experiências dos sujeitos negros urbanos e quilombolas presentes no Estado – passam a ser a tônica. Pesquisadores, pesquisadoras, artistas, literatos, produtores culturais e poetas com pautas de afirmação trabalham para que permaneçam ativas as construções positivas da identidade negra na história e na cultura brasileira e cearense.

Inclusive, as lideranças do antigo Grucon permanecem ativas. Alex Ratts, docente universitário, reconhecido academicamente (com destaques para suas obras sobre a trajetória de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento), foi um importante quadro do Grupo. Hilário Ferreira Sobrinho, pesquisador sobre a presença negra no Ceará, com produção sólida, atualmente é doutorando em História da Universidade Federal do Ceará, também foi ativo na organização. William Augusto Pereira defendeu, em 2025, o mestrado na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, debatendo a resistência da intelectualidade negra do próprio Grucon. Esses

nomes evidenciam um novo tempo dos membros do antigo Grucon, agora presentes na academia.

Longe da academia, em seu início, o Grupo surgiu sob a influência da Igreja Católica. Essa articulação permitiu um espaço de atuação importante, já que, de certa forma, a iniciativa esteve coberta pelo catolicismo, em um período de repressão militar em que a ideologia da democracia racial era defendida pelas elites civis e militares. Situação que, igualmente, impedia o reconhecimento das diferenças e, principalmente, do racismo no País. Embate levado adiante pelo Grupo Palmares de Porto Alegre (1971) com o Dia da Consciência Negra e, nacionalmente, desde a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) de 1978, que acusam o racismo presente na sociedade.

Nessas afirmações, é importante reconhecer a presença das mulheres negras no Grupo Palmares, como Helena Vitória Machado dos Santos, no MNU, e Lélia Gonzalez, Cleide Simão Freire e Maria Lúcia Simão no Grucon. O Grupo, de acordo com a própria fundadora, Lúcia Simão, em entrevista para o pesquisador William Augusto Pereira, tinha como objetivo principal conscientizar a população sobre o racismo e a importância da identidade negra, além de promover ações culturais, sociais e políticas (Simão, 1982 *apud* Pereira, 2025).

Atualmente, o Grucon já não funciona com esse nome. E uma grande perda foi o falecimento de Dona Lúcia Simão em agosto de 2025. Porém, seu legado, no campo cultural, político e ecumênico religioso, permanece vivo na Associação Cultural e Educacional Afro-Brasileira Maracatu Nação Iracema, fundada em 2002, que pode ser considerada um *continuum* do Grupo. Representada por uma linha cultural mais evidente, a associação segue articulando um pensamento “filosociocorraciais” (Pereira, 2009) de modo crítico, o que ecoa na passarela dos desfiles de maracatus e nas experiências cotidianas vividas por mulheres e homens negros, no Ceará, afirmando a presença, a identidade e a consciência racial.

Referências

- ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.
- ARRUTI, José Mauricio. Quilombos. *In*: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio (Org.). *Raça, novas perspectivas antropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 315-350.
- BARROSO, Parsifal. *O cearense*. Rio de Janeiro: Record, 1969.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BEZERRA, Antônio. *O Ceará e os cearenses*: ligeiras apreciações. Fortaleza: Miverva, 1906.
- CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista.

Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales/Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud. Universidad de Manizales y Cinde, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

CARVALHO, André Eduardo Bezerra de; CHAVES, Elio Flores. Igreja Católica e Movimento Negro: a Missa dos Quilombos do Recife (1981). *Revista Crítica Histórica*, Maceió, v. 12, n. 23, p. 283-309, 2021.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira da; JESUS, Leandro Santos Bulhões de. *A cor da devoção: protagonismo negro e tradição romeira no Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2024.

DAMASCENO, Caetana Maria. Ritual e conflito quando se canta para subir. *Estudos Afro-Asiáticos*, Cadernos Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 18, p.45-61, 1990.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

DOMINGUES, Petrônio; ANDRADE, Charlisson Silva de. E a igreja se fez negra: a missa dos quilombos. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 71, p. 1-38, 2025.

GOMES, Arilson dos Santos. As relações raciais no Ceará e o raid dos jangadeiros negros em época de Lei Afonso Arinos (1951-1958). *PerCursos*, Florianópolis, v. 25, p. e0115, 2024.

GOMES, Arilson dos Santos. Escravidão e Pós-Abolição no Ceará: memórias e trajetórias das populações libertas na cidade de Redenção. *Revista Crítica Histórica*, Maceió, v. 12, n. 23, p. 189-221, 2021.

GOMES, Arilson dos Santos. Organizações sociais e afirmação negra brasileira (1888-1978). *Identidade!*, São Leopoldo, v. 22, n. 2, p. 172-89, jul./dez. 2017.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Coleção educação para todos*. Brasília, DF: SECAD/MEC, 2005, p. 39-62.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

LIMA, Ivan Costa. Territórios Quilombolas no Ceará: educação, cultura e lutas socioambientais. In: SOUZA, Elio Ferreira de et al. (Org). *História e Cultura afrodescendente*. Terezina: FUESPI, 2018.

MALCHER, Maria Albenize Farias. Formação e territorialização quilombola no estado do Pará. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 9, n. 23, p. 57-81, 2017.

MARQUES, Graça. *Literatura Negra feminina. Poemas de Sobre (vivências)*. In: SOUZA, Elizandra Batista de; MORAES, Iara Aparecida de (Org.). São Paulo: Mjiba, 2021.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste*. Fortaleza: UFC, 1995.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em Política. Trad. Ângela Lopes Norte. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e*

identidade, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis: Vozes, 1980.

NUNES, Georgina Lima. MARQUES, Sônia Maria dos Santos (Org.). Narrativas quilombolas, a pluralidade na luta das mulheres e o descentramento de estratégias políticas. *Currículo sem Fronteiras*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 566-594, maio/ago. 2019.

PEREIRA, William Augusto. *História e memória do Grupo União e Consciência Negra (Grucon) e a atuação intelectual no reconhecimento da presença negra no estado do Ceará (1982-2022)*. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Humanidades) – Mestrado Interdisciplinar em Humanidades UNILAB, Redenção, CE, 2025.

PEREIRA, William Augusto. Fortaleza. *Jardim Iracema*, Pioneiro na organização negra. 2009. (Prelo).

PETTIT, Sandra Haydée. *Pretagogia: pertencimento, corpo-Dança afroancestral e Tradição oral: contribuições do legado africano para a implantação da Lei 10.639/03*. Fortaleza: EdUECE, 2015.

REIS, Rodrigo Ferreira dos. Ôrí e memória: o pensamento de Beatriz Nascimento *Sankofa*, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 9–24, 2019.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n.3, p. 987-1004, setembro-dezembro, 2008.

SILVA, Gisele Rose da. Azoilda Loretto da Trindade uma intelectual dos afetos. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2021.

SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira. (Org.) *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SOUSA, Antonio Vilamarque C. de. *Da “negrada negada” a negritude fragmentada: o movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2006.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Percurso Metodológico. In: BRANDÃO, A. (Org.). *Saberes e Fazeres: Caderno de Metodologia*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2015.

VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. *O Negro e a Igreja Católica*. Campo Grande: CESITEC/UFMS, 1994.

Fontes orais

FREIRE, Maria Cleide Simão [73 anos]. [jan. 2025]. Entrevistador: William Augusto Pereira. Fortaleza, CE, 9 jan. 2025.

RATTS, Alex [61 anos]. [mar. 2025]. Entrevistador: William Augusto Pereira. Fortaleza, CE, 4 mar. 2025.

SIMÃO, Maria Lúcia Simão [76 anos]. [fev.2025]. Entrevistador: William Augusto Pereira. Fortaleza, CE, 17 fev. 2025.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira [59 anos]. [jan. 2025]. Entrevistador: William Augusto Pereira. Fortaleza, CE, 20 jan. 2025.

Recebido em 20/04/2026

Versão final reapresentada em 21/04/2026

Aprovado em 21/04/2026

Contribuições dos autores: Arilson: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, análise dos dados e redação. William: planejamento da pesquisa, gravação dos depoimentos, análise dos dados e redação.

Fonte de financiamento: nada a declarar.

Conflito de interesses: nada a declarar.